



ATA NÚMERO 24

SESSÃO ORDINÁRIA DE 8 DE ABRIL DE 2017

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Raimundo Magalhães Carvalho, Angelina Teixeira, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, **José Augusto Pinto da Silva**, Joaquim **Augusto Teixeira**, Octávia Manuel Clemente, **António Magalhães Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Faltou
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva – substituída por António Ribeiro
SALVADOR – António Gomes Pinheiro, substituído por Daniel Pimenta da Costa
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Alexandra Matias, Cláudia Daniela Mota e Silva, Maria José Castelo Branco, Fernando Miguel Cardoso, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Sara Maia, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Rui Leite e António Jorge Vieira Ricardo

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezassete.

Relativamente a esta ata, apenas solicitou algumas correções o senhor Deputado: Luís Rua Van Zeller de Macedo. As correções foram efetuadas de imediato. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata, os seguintes Deputados: António Jorge Vieira Ricardo, António Carvalhais, Rui Leite e Daniel Pimenta da Costa. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Como não havia correspondência a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra começou por dizer que o espaço da Zona Desportiva da Costa Grande não tem tido a melhor atenção no que diz respeito aos equipamentos desportivos, destacando-se a pista de atletismo, os pisos sintéticos e partes da vedação que começa a pôr em causa a segurança dos utentes. É urgente fazer as reparações necessárias.

O parque infantil merece e precisa de uma cobertura, porque está demasiado exposto ao sol. Era ainda necessária a colocação de mais algum equipamento urbano naquela zona, de modo que os pais ao esperarem pelos filhos tenham algum conforto.

A segunda questão que quero colocar ao senhor Presidente da Câmara prende-se com a questão da iluminação pública e dos LED's. Há concerteza benefícios a nível ambiental e também a um maior aproveitamento no que concerne à energia. Pelos documentos que tenho, verifico que pagamos um milhão cento e vinte e cinco mil euros à EDP pela iluminação pública. Nas despesas gerais da Câmara também vejo uma rubrica de cerca de novecentos mil euros para despesas de água e energia das instalações da Câmara. Estes valores mostrados assim não me permitem saber qual o montante que a EDP paga ao município de rendas. Gostaria de aferir se nesta altura esse encontro de contas, que no passado dava um valor positivo, é hoje igual ou ainda temos de pagar da iluminação pública.

Outra questão prende-se com a Linha do Tâmega e por isso gostava de saber se é verdade que mandou elaborar um estudo que se prende com a conversão da linha em canal rodoviário. Este estudo está pensado só por Amarante, ou prevê parcerias com os municípios vizinhos?

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra começou por dizer que iria dedicar os dois minutos de que dispõe ao Marão, uma região eu me diz muito e que se calhar eu próprio não tenho valorizado tanto como deveria. Este é um dos locais para falarmos do Marão mas não o temos feito. É um facto, que de quatro em quatro anos, mais ou menos no período eleitoral toda a gente fala no Marão. O Marão é um tema inscrito em todos os partidos e nessa altura toda a gente fala nele. Verificamos contudo que nem sempre isto tem correspondência prática. O Marão, é um mundo de oportunidades que era preciso explorar e dinamizar.

Sei que este município tem tentado fazer alguma coisa pelo Marão. Sei que foi feita uma candidatura ao programa Norte 20/20 que foi aprovada. Relembro também uma reunião havida, com a presença de todos os Presidentes da Câmara da região, no alto da serra, onde foi assinado um protocolo de intenções para desenvolver ações no Marão. Essa reunião já foi realizada há mais de um ano e eu no terreno vejo muito pouco. O que eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara era o seguinte: O que é que foi feito nos últimos três anos pelo município para o aproveitamento do mundo de oportunidades que o Marão nos poderá trazer? Qual o grau de envolvimento das comunidades locais em todo este processo? O que pensa o senhor Presidente da exclusão das classificativas do Marão, no maior evento automobilístico nacional que é o Rali Vodafone Portugal? O Município tem alguma responsabilidade na exclusão destas classificativas?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que esta semana fomos todos inundados nas nossas caixas do correio com um jornal denominado Boletim Municipal, onde o senhor Presidente da Câmara eleito pela coligação Afirmar Amarante faz um balanço daquilo que foram três anos de mandato, de forma que entendemos pouco séria, rigorosa e transparente, apresenta-nos aquilo que denominamos o panfleto de campanha da nova coligação Afirmar Amarante que se vai apresentar às próximas eleições autárquicas. A seu tempo, porque não tivemos tempo para analisar toda a informação que lá está debitada, o PS responderá e apresentará dados acerca daquilo que lá está e que nos merece alguma atenção. O que desde já nos preocupa é aquilo que lá não está e que devia estar para que o senhor Presidente da Câmara pudesse dar a informação correta a todos os munícipes. Falo designadamente dos contratos de prestação de serviços e avenças que também lá devia estar, da verdadeira redução do endividamento, ou melhor da dívida do município à data de hoje e ainda daquele que deveria ser o valor da redução efetiva se porventura contemplasse o montante que veio do financiamento das águas e saneamento e que continua a não vir refletido nos documentos da dívida municipal. Mas por agora, aquilo que pretendemos perguntar é qual a oportunidade para lançar o denominado Boletim Municipal? Qual vai ser a periodicidade desse documento e que tipo de informação ele vai apresentar? Quanto custou e se pretende, como decorre do dispositivo legal, alargar esse documento à oposição e a todos aqueles que queiram manifestar utilizando o Boletim, porque esse é também um direito da oposição.

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse que, na sequência da intervenção anterior do PS e do que nela foi dito acerca do endividamento do Município, gostaria de perguntar, ao PS,

qual é afinal o verdadeiro valor do endividamento, uma vez que dizem que não é o anunciado.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse que estava à espera que o PS tivesse vindo dar um nota positiva a todas as obras que constam do Boletim. Se calhar não viram tudo. Saltaram algumas páginas e nem viram o anexo.

Devia também lembrar-se do tempo em que foi Vereadora e que a dois meses das eleições enviaram um jornal de campanha, também ele com duas ou três fotografias por página e que certamente custou muito mais do que este.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Usou de novo a palavra para dizer que relativamente ao endividamento do município, pediu esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara e não está na Assembleia para ser confrontada acerca disso. Agora, o endividamento deve ser o consta nos documentos que nos são hoje apresentados e que não corresponde àquele que consta no Boletim. Mas aquilo que também nos preocupa, é aquilo que poderia ter sido feito em termos de obras, assim como o muito dinheiro que foi gasto em prestações de serviços, consultorias e avenças, de que não se conhecem resultados práticos e que ultrapassam neste mandato mais de dois milhões de euros.

Relativamente àquilo que foi feito no passado, é preciso saber em que altura esse tipo de informação foi prestada e o que lá constava e a quem foi aberto o próprio documento.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra começou por dizer que não iria pronunciar-se quanto à cor ou a forma como o documento foi elaborado. Não pretendo também compará-lo com os do passado. Contudo, pela leitura que fiz aos mesmos, pretendo dois esclarecimentos. Um, é saber a que obras correspondem todas as fotografias. Estão todas executadas? Sabe que algumas vêm do passado e que neste momento já estão concluídas. Parecem-me fotografias a mais. Mas a minha dúvida resulta essencialmente naquilo que aparece como Protocolos com as Juntas de Freguesia, onde se referem obras em execução e em contratação. Em contratação o que é que significa? Que está contratado ou está ainda na fase de elaboração dos documentos para a sua contratação para depois se poder executar? Depois também quero saber se os protocolos com as Juntas de Freguesia estão todos executados ou em execução. No conjunto da informação que nos é trazida que me parece ser um instrumento normal nesta altura, embora sabendo que algumas Juntas de Freguesia vão também fazendo algumas obras. A parte mais importante é o que consta nos documentos.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que é de admirar quando se vem a esta Assembleia abordar a questão do endividamento, dizendo que o valor que se anuncia não corresponde à realidade. Depois, alguém questiona: “se o valor do endividamento não é este, então qual é?” e o que ouvimos de seguida é: “eu não vim para cá para ser confrontada com isto”! Então, concluímos, que veio para cá para simplesmente lançar a suspeita de que o valor anunciado do endividamento não é verdadeiro, mas não esclarece em que se baseia para o dizer. Uma política em que constantemente se lançam suspeitas, sem sequer se fundamentar, é uma política de vazio.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que não iria fazer nenhuma intervenção neste ponto pela simples e justa medida porque não sabia se conseguiria fazer neste púlpito uma

intervenção que não levasse alguém a fazer a defesa da honra numa intervenção seguinte. Portanto irei ter muito cuidado na forma como irei medir as minhas palavras referindo-me a este tema. Mas devo dizer e personalizo tudo aquilo que vou dizer ao senhor Presidente da Câmara e a todos os que se reveem neste documento, que este documento constitui o maior ato de demagogia que eu vi até hoje em política. Na minha opinião clara este documento representa aquilo que é a maior forma de demagogia política que aconteceu no nosso concelho e que eu conheço na minha vida desde eu participo em política. Eu questiono a oportunidade e a forma que o senhor Presidente usou para fazer a prestação de contas. Escolheu, na minha opinião, a forma mais errada de o poder fazer. É algo que eu entendo que em política é um grande desafio que todos nós temos de ter em conta, que é a qualificação da vida política. O senhor Presidente podia ter escolhido muitas outras formas que podiam honrar essa mesma qualificação. Mas escolheu aquela que não o honrará em nada. Deixe-me dizer-lhe senhor Presidente que poderia ter feito sessões de esclarecimento em todas as Juntas de Freguesia. Podia ter feito a prestação de contas aos cidadãos individualmente. Poderia ter feito presidências abertas pelo concelho. Poderia ter feito reuniões centralizadas em todas as freguesias. Podia-o ter feito de tantas outras formas que requalificariam a nossa democracia e a vida democrática em Amarante, mas escolheu aquela que de forma mais demagógica faz chegar a informação que quer e que entende aos munícipes. Para mim este aspeto é de todo relevante e por isso reforço que havia e há muitas formas de requalificar a nossa democracia. Havia e há muitas formas de transmitir o trabalho que se considera que se fez no concelho, mas esta é verdadeiramente a forma mais errada por ser a mais demagógica que eu conheço em política.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que na intervenção que anteriormente fez, foi que a dívida não era a que constava no documento denominado – Informação Municipal-. Se o senhor Presidente queria ser sério, então punha o valor que consta hoje nos documentos que nos foram remetidos para apreciação. Aí sim, consta que a dívida do município neste momento são nove milhões quatrocentos e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e cinco euros. Essa era a informação real, mas essa não dava jeito às suas contas.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse que o senhor deputado Hugo Carvalho nunca esteve para vir cá falar, mas vem sempre. Então, veio cá cheio de moral, cheio de uma superioridade democrática falar da qualificação da vida política, para dizer que só ele é que está bem e que só ele é que sabe. A demagogia foi o senhor que a fez aqui, porque daquilo que falou; certamente não leu o documento porque não concretizou nada do que lá está, dizendo apenas que é falso. Eu sei que lhes custa, mas tem de começar a entender que aquilo corresponde à verdade. Senhor Deputado, a demagogia está naquilo que o senhor veio cá fazer.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra referiu que não disse que os números que constam no boletim são falsos. O que disse é que o documento mostra uma visão demagógica da vida política. É uma forma pouco séria de fazer política. Vamos futuramente analisar com todo o cuidado e ao pormenor, os dados que lá constam. Eu também disse que há muitas formas de fazer política e esta não parece a mais séria. Disse e apenas só isto.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que é natural que o PS se sinta incomodado com os números que leu. A Câmara apenas cumpriu o seu dever de informar. Vamos esperar pelas eleições e ver se tudo isto é verdade ou não, com a resposta que o povo vai dar

JOSE LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer ao senhor Deputado Manuel Pinheiro que é verdade que a Zona Desportiva da Costa Grande merece uma intervenção e seguramente não fizemos aquilo que estaria ao nosso alcance. Relativamente ao Parque Infantil e se hoje estas propostas forem aprovadas, iremos encetar o processo de renovação e de cobertura do Parque.

Relativamente à iluminação pública quero dizer-lhe que a EDP irá colocar mais um conjunto de luminárias, à volta de quatrocentas. Não lhe sei dizer em concreto qual o montante que nos pagam. Sei que entre aquilo que eles nos pagam e aquilo que nós pagamos, fica mais ou menos equilibrado. Poderei mais tarde fazer chegar-lhe informação mais detalhada sobre os valores.

Relativamente à linha do Tâmega, já de há muitos anos a vontade que desde o momento em que encerraram há a vontade que fosse reaberta. Tentei de que se houvesse vontade da parte do Governo de a poder reabilitar com um comboio. Contudo, já percebi que não vale a pena insistir nessa temática. No passado recente e num almoço comemorativo do 25 de Abril, realizado pelo PS, ouvimos um alto dirigente do PS dizer que nos fez perceber que essa seria uma área que não valeria a pena insistirmos muito. Portanto, depois disso, partiríamos para um plano B, uma vez que comboio não iríamos conseguir. O plano B seria equipar a linha com um vai e vem. Uma linha dedicada para um autocarro que faria sempre esse trajeto. Depois havia que tentar com o senhor Presidente da Câmara do Marco que uma ecopista, que ele defendia, não seria a melhor solução, até porque Amarante também tinha o direito de se aproximar da Linha do Comboio, neste caso da Livração. Ele acabou por aceitar e acerca de um mês tivemos uma reunião no IP em Lisboa, com a presença do Presidente da Câmara do Marco em que teria de haver a concordância do Marco de Canavezes para a cedência do Canal. O Marco acabou por aceitar que fosse então criada uma linha dedicada para a mobilidade, neste caso um miniautocarro, solução que está a ser estudada. Pedi então ao IP que avalie as duas pontes em termos de segurança. Está ainda a ser feita uma avaliação em termos de custos para ver qual o valor para esta solução. Provavelmente dentro de um mês já teremos uma resposta que nos permitirá ver se podemos avançar ou não com esta solução. Se o Marco vai entrar nesta solução, não sei porque ela só beneficia em grande parte Amarante e não tanto o Marco. A despesa maior será certamente para Amarante.

Relativamente às questões que o senhor Presidente da Junta de Ansiães colocou relativamente ao Marão, só tenho a dizer-lhe que concordo com ele. Já se tem feito alguma coisa pelo Marão. Há cem anos fez-se a reflorestação do Marão comemorada há bem poucos dias. De lá para cá entrou num vazio. Até a nossa florestal entrou em total abandono. Tenho pena que algumas pessoas evitem que se possa fazer mais e melhor. Temos várias candidaturas feitas e outras a fazer para a questão do Marão. Só para ter uma ideia; nós aprovamos uma candidatura, que já está a ser trabalhada, denominada Amarante/Marão/Natureza e o Destino, no montante de trezentos e quarenta e cinco mil euros, em que já estamos a definir trilhos e rotas. Este trabalho está a ser feito em parceria com os Baldios até porque a grande parte dos terrenos pertence aos Baldios e por isso só com a concordância deles é que algo poderá ser feito. A porta de entrada do Marão será colocada em Aboadela num edifício que é do município e que está a ser recuperado onde serão sediados desportos aventura e desportos natureza, nomeadamente a rota do BTT, do trail e do ultra trail. Depois temos uma outra candidatura que confina com o Marão que tem a ver com o Rio Olo, candidatura esta já aprovada e que é o Laboratório Vivo de turismo

Sustentável. A seguir trabalharemos para o Rio Marão e o Rio Ovelha. Qualquer destes projetos são muito importantes para dar visibilidade ao Marão. Depois temos já outras candidaturas aprovadas, como sejam os trilhos BTT e a pista Downhill. Isto foram candidaturas que já foram aprovadas, neste caso pela AMBT de que fazemos parte em parceria com outros municípios. Temos também, no âmbito do PROVER como projeto âncora para os rios algumas candidaturas que já submetemos e de que aguardamos decisão. Este projeto âncora tem o valor de um milhão e vinte euros. Todos estes projetos são dedicados à região do Marão que é um diamante em bruto, muito importante para um turismo sustentável e que é transversal a todos os meses do ano. Fez muito bem falar desta causa e quero dizer-lhe que da nossa parte estamos envolvidos e empenhados. Estamos a trabalhar e isto não são meras promessas eleitorais.

À senhora Deputada Octávia quero dizer que há duas coisas que me entristecem na intervenção que fez, quando diz que “é pouco sério”. Nesta mesma sala, há duas Assembleias atrás fui atacado dizendo que nada fazia nas freguesias, que havia uma forma ardilosa em termos de protocolos. Eu fiquei aborrecido e nessa hora, perante todos vós eu disse que não podia admitir que os senhores deputados não saibam a verdade. Nós podemos dar a conhecer a verdade através de um jornal. Se lá estiver alguma mentira, certamente que ninguém me vai perdoar. Uma coisa é vir ao púlpito usar de demagogia dizendo que é pouco sério, isso sim é que é demagogia. Se acham que assim é, então escrevam isso num jornal, que eu depois respondo-lhes na devida medida. Quando falaram da minha relação com as Juntas, eu fiz trabalho de casa. Eu comprometi-me a fazê-lo. Entre protocolos, aqueles subsídios que se dão às Juntas e as obras até cento e cinquenta mil euros, num período de quatro anos, 2010, 2011, 2012 e 2013, o anterior Executivo e bem transferiu quatro milhões oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um euro. Este Executivo em três anos, que é isto que o Jornal revela, porque ainda falta o quarto, transferiu nove milhões setecentos e vinte e nove mil trezentos e sessenta e um euro. Se fizerem bem as contas este Executivo já transferiu mais do dobro. É isto que eu quero que comparem. Aliás, curiosamente eu já dei mais protocolos que aqueles que o anterior Executivo deu. É isto que este jornal de forma factual fala. As fotografias são todas de obras realizadas. Vai ao pormenor de aquilo que veio de trás estar lá para não dizerem que estamos a mentir. Obviamente que respeito as questões que me foram colocadas relativamente ao custo do jornal. Custou, já com IVA, doze mil quinhentos e oitenta e dois euros e nove cêntimos. Se incluirmos as despesas com os correios foram treze mil seiscentos e setenta e dois euros. Mas já agora, o anterior Executivo apresentava uma revista com boas fotografias e não me lembra na altura que alguém tivesse referido a demagogia que aqui havia. Eram fotos com enxada na mão, eram obras futuristas e não obras realizadas ou com dinheiro cabimentado. Há ali fotografias de obras que ainda vou iniciar este ano se me autorizarem, porque eu não tenho maioria. Esta é a grande diferença. Isto não é demagogia. Isto é prestar contas aos Amarantinos de forma séria e de forma elevada. Eu, como os senhores dizem devia ter sido mais rigoroso. Devia apresentar contas daquilo que ainda vai ser aprovado hoje. Não o quis fazer. Mas pode ser que a partir de hoje, e para não dizerem que eu estou a mentir, poderei lançar outro jornal mostrando que não gastei o que vocês gastaram. Vocês gastaram vinte e um mil trezentos e três euros e seis cêntimos.

Relativamente ao rali, e relativamente ao troço de Amarante/Marão era partilhado entre Amarante e Baião, era muito importante para nós, não só porque projeta Amarante como o Marão a nível mundial. Acontece é que houve um diferendo entre a Câmara de Baião e o ACP. Quem define as transmissões e os troços é a FIA. O nosso troço vai ser transmitido. O senhor Presidente da Câmara de Baião insurgiu-se contra esse facto e disse que se não houvesse transmissão dos troços de Baião não haveria rali. Foi isso que aconteceu. Eu próprio tentei que o Rali voltasse a Baião. O

nosso município nada tem a ver com esta questão. Pelo contrário, eu pagava para que voltasse ao Marão.

Entretanto o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de novo, se a exemplo daquilo que era feito no passado a oposição também pode escrever e dar opinião para este jornal?

No anterior Executivo, e eu tenho as revistas todas, verifico que não há lá rigorosamente nada escrito pelos Vereadores da oposição. Aliás nessa altura perguntei se não queriam uma entrevista minha, porque eu tinha muito para dizer. Neste jornal não está mas devia estar. Os senhores Vereadores podem prestar os seus testemunhos acerca da obra feita, até porque a tem validade.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que podia escrever quem quisesse, mas tinha de mandar atempadamente os artigos. Se assim não foi diga-me quais foram os artigos que não foram publicados.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que daquilo que ouviu, retira que efetivamente este jornal é um panfleto de campanha. Reconheceu o senhor Presidente da Câmara, reconheceu o senhor Deputado de Fridão. E é este o registo que fica e que importa.

Querer comparar este documento com a revista municipal que tinha uma periodicidade que já vinha de anteriores mandatos e que tinha uma qualidade vocacionada essencialmente para a cultura, é demagogia pura da parte do senhor Presidente da Câmara. Quanto ao resto, e eu já reconheci aqui que o PS não teve tempo de analisar como deve o documento, mas certamente irá fazê-lo. Mas já lhe referi que aquilo que nos preocupa é aquilo que lá não consta.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que relativamente à questão da Linha do Tâmega e àquilo que o Dr. Manuel Pizarro disse, ele não é o Ministro das Infraestruturas de Portugal, é o Dr. Pedro Marques. Há uma aposta neste momento, séria na linha férrea. Fazer o que agora se diz para a linha é precipitarmo-nos, sabendo aliás que eu sou um defensor da Linha. Na altura o Dr. Manuel Pizarro fez as intervenções que achou que devia fazer, mas o que é facto é que o PSD esteve no governo dois anos e fez a reconversão da Linha do Vouga com catorze quilómetros sabendo-se que é hoje um sucesso. Por isso acho que quer o governo do PSD quer o do PS se portaram mal, primeiro porque o governo do PS fechou a linha por questões de segurança. Mais criou a expectativa de abrir sendo necessário fazer um estudo que nunca chegamos a conhecer que era o de saber o que era necessário para passar a linha a bitola larga. Tudo isto não passou de um expediente tecnocrata para fechar a linha do Tâmega para nunca mais a abrir. Não vejo grandes vantagens em mudar para bitola larga. Acho que a partir de hoje passamos a certidão de óbito definitiva à Linha do Tâmega.

Na questão de reconversão rodoviária pergunto se a mesma se destina a fins turísticos?

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse que queria fazer uma pergunta ao senhor Deputado José Joaquim: O senhor disse que há uma aposta nacional na ferrovia e que é cedo para se fazer um estudo sobre a viabilidade da Linha do Tâmega. Não percebi muito bem o que quis dizer, mas penso que foi isso que disse.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

A questão que eu coloquei tem a ver com o facto de em janeiro de 2014, o senhor Presidente da Câmara ter mandado elaborar um estudo para aferir da

sustentabilidade da transformação da Linha do Tâmega de linha estreita para Linha larga. Foi só isto que eu disse.

LUIS RUA VAN ZELLER DE MACEDO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado pediu esclarecimentos relativamente ao tempo do uso da palavra, porque, a seu ver devíamos estar só e apenas no tempo destinado ao período de esclarecimentos por parte da Câmara. O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que a Câmara tem dez minutos de tempo de uso de palavra, tempo esse que já esgotou, mas os partidos ainda não tinha esgotado os tempo de uso da palavra e por isso fizeram-no.

JOSÉ LUIS GASPÁR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

Em resposta ao senhor Deputado José Joaquim, disse-lhe que a pretensão não será para fins turísticos. Pretendemos fazer a concordância e por isso é queremos a linha dedicada, de modo a cumprir tempos que permitam chegar a tempo à Livração, para apanhar os comboios que por ali passam. A partir daí as pessoas podem entrar em Amarante e sair no Porto. O objetivo é esse.

Como não havia ninguém do público presente que se tenha previamente inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. Antes de dar propriamente início a este período da reunião, o senhor Presidente da Assembleia disse que tem agendado a maioria das vezes os assuntos sem ter os documentos em sua posse, uma vez que muitos dos que aparecem agendados ainda vão a reuniões de Câmara. Fica ao critério dos serviços agendar ou não os assuntos. Temo-lo feito. Apesar disso eu assinei esta convocatória com a inclusão do “Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Certificação Legal de Contas – Parecer do ROC sobre as constas de 2016”. Foi um documento que chegou tarde e não tem que ser agendado. Tem apenas que acompanhar as contas e não tem que ser votado. É evidente que o ROC diz no fim do parecer que pode haver uma votação, seguindo o processo estabelecido para as sociedades comerciais. No caso das autarquias, isto não é necessário. Nas sociedades comerciais, se esta votação for negativa pode levar à destituição. Ora, nós não temos o poder de destituir a Exma Câmara. Não faz sentido esta votação e por isso o ponto número 5 não devia existir e por isso é para eliminar.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia o que é que se passava com a nova remessa de documentos e com o Edital que os acompanhava. Tinha já recebido parte da documentação acompanhada de uma edital com 19 pontos e recebeu agora outro que acompanhava dois documentos onde apenas estão mencionados 10 pontos. Afinal vamos seguir os trabalhos por qual dos editais.

O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que o Edital com a Ordem de Trabalhos é o que foi anteriormente enviado. Aquele que o senhor Deputado agora refere apenas serve para indicar quais os pontos para os quais não foram enviados os documentos na primeira remessa. Portanto, o Edital com a Ordem de Trabalhos é o que em primeiro lugar foi enviado, o tal que tem os dezanove pontos e onde aliás nem devia constar o ponto número cinco. Dada a explicação prosseguiram os trabalhos. Inscreveram-se para **PONTO Nº 1 da ordem de trabalhos - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**, os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra começou por referir-se à página 9 do relatório, no ponto número três – dívida total. A informação aqui prestada não corresponde aos mapas demonstrativos da capacidade de endividamento anexados à proposta de votação dos empréstimos. Convido V. Exa a abrir os documentos do ponto 7, na página 5, para poder verificar isso. Todos os outros são iguais sendo que uso só o ponto sete como exemplo. Embora as datas sejam coincidentes, os valores são diferentes, nomeadamente nos capítulos de médio e longo prazos e no endividamento a curto prazo. Sendo que o total da dívida em vinte e oito de fevereiro de 2017 é igual em todos os documentos. Não sabemos se são erros de processamento, se são erro dos documentos e não excludo também a hipótese de haver uma explicação técnica válida para que isto tenha acontecido. De qualquer maneira solicitamos a V. Exa. Um esclarecimento para estas questões agora levantadas.

O Município de Amarante tem vindo nestes últimos relatórios a desenvolver um conjunto de ações e encontros ligadas ao empreendedorismo. Por esse facto gostava de colocar algumas questões. Em primeiro lugar, qual é o perfil empreendedor do concelho de Amarante? É o empreendedorismo de base tecnológica? É o empreendedorismo social virado para a inovação? É um empreendedorismo de base local direcionado para a criação de empresas, para o auto emprego, ou para os negócios de proximidade? É um empreendedorismo a empreender no meio rural valorizando os recursos endógenos e baseado nos aspetos centrais no desenvolvimento rural? Qual é o desígnio estratégico que o município tem no domínio desta política pública?

Por fim, gostava de saber em que ponto se encontra a candidatura `Rede das Cidades Criativas da Unesco.

AMÉRICO PAULO S. RIBEIRO – PS

No uso da palavra disse que: “No decorrer da campanha eleitoral às eleições autárquicas de 2013, a Coligação “Afirmar Amarante” “afirmou”, por diversas vezes, que se vencesse as eleições a reabilitação do antigo Cineteatro não se iria concretizar e a verba prevista para a sua recuperação seria direcionada para um anfiteatro (megalómano) a construir ao ar livre na quinta contígua ao Parque Florestal, uma vez que, segundo os responsáveis pela mesma Coligação, já haveria um acordo com o proprietário do referido espaço.

É importante lembrar que o anfiteatro anunciado pela Coligação “Afirmar Amarante” era para mais de 20 mil pessoas.

É igualmente importante referir, e recordar para memórias mais incautas, que o projeto do Cineteatro foi (e bem) aprovado pelo Executivo liderado por Armindo Abreu e contou com os votos favoráveis do PSD.

Seguindo o rumo de todos os grandes projetos anunciados e prometidos em 2013 pela Coligação “Afirmar Amarante”, a recuperação do antigo Cineteatro foi mais um a juntar-se a uma longa lista de projetos abandonados.

Com o aproximar de mais um período eleitoral e num ato que denota já algum desespero para apresentar alguma obra (efetiva e em condições) aos amarantinos, só restou à Coligação “Afirmar Amarante” agarrar nos projetos deixados pela anterior gestão socialista.

E como nestas coisas convém marcar pela diferença e evitar qualquer semelhança com o projeto pensado e idealizado pelo executivo socialista, “toca” a alterá-lo sem pensar nas consequências.

A apresentação do novo Projeto de Execução do Cineteatro de Amarante aconteceu no passado dia 29 de março, no auditório da Casa da Portela e ficou a cargo do arquiteto Carlos Prata.

De referir que a atual versão do projeto de requalificação corresponde à reformulação do projeto inicial que, foi desenvolvido no seguimento de um Concurso

Público Internacional lançado pelo anterior executivo, em 2011, e que foi entregue à Câmara Municipal de Amarante em 2013.

Aproveitando o momento de festa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, afirma que o atual projeto representa uma redução próxima dos 50% em relação ao projeto inicial. O que desde já posso afirmar que não corresponde aos factos.

O que o Senhor. Presidente não referiu neste momento de festa é que o custo previsto da empreitada é agora menor porque, a Câmara desistiu de algumas valências, sobretudo, de um espaço para residência de uma orquestra profissional, e de um fosso de orquestra na sala de espetáculos que permitiria acolher, por exemplo, concertos operáticos.

Estes factos não são referenciados porque para o atual Executivo, transparência na gestão pública é um pormenor de “somenos importância”.

O Senhor Presidente avançou ainda que já no próximo mês de Maio, a autarquia espera avançar com a candidatura a fundos do Portugal 2020, no âmbito do plano de regeneração urbana, com financiamento a 85%., podendo crescer com a majoração.

Neste seguimento é importante esclarecer: A Câmara só avança com a obra se tiver financiamento de fundos comunitários que suportem 85% do valor da obra. De realçar que só para alterar o projeto gastou cerca 235.000,00 euros.

O projeto inicial tinha um custo orçamentado de cerca de 6,8 Milhões de Euros. Mas, se a melhor proposta para a empreitada ficar 20% abaixo do preço base, como quase sempre acontece, quer por causa dos critérios escolhidos para a elaboração dos orçamentos, quer pelo ambiente de crise que se vive no setor da construção civil de obras públicas, o valor desce para 5 milhões e 440 mil euros. Ora, contando com o financiamento de 85% anunciado pelo Senhor. Presidente, a autarquia teria que suportar cerca de 816 mil euros.

A obra do novo projeto do Cineteatro está orçada em cerca de 3,6 Milhões de euros. Seguindo o mesmo critério e raciocínio já acima mencionado, retiramos os 20% tendo em conta que o orçamento venha abaixo do preço base, ficamos com 2 milhões e 880 mil euros. Com o financiamento de 85% dos fundos comunitários, o município tem que participar a obra com cerca de 432 mil euros. Ora somando a este valor a despesa de alteração do projeto de 235 mil euros, o município vai ter um encargo total de 667 mil euros.

Amarante perde uma sala de cineteatro de excelência que custaria a mais ao município cerca de 150 mil euros.

Além da falta de rigor orçamental já acima demonstrado, o projeto que encolheu quase 700 metros quadrados faz desaparecer a residência artística da Orquestra do Norte e o fosso de orquestra que constavam no projeto inicial e que permitia realizar espetáculos, entre outros, dedicados à música clássica.

Senhor Presidente é caso para dizer: o teatro, o cinema, a dança, morrem à míngua!

A concretização do projeto desenvolvido em 2011 para o Cineteatro era a grande oportunidade para Amarante marcar a diferença na região.

Referenciando a frase do arquiteto Carlos Prata “Tratando-se de um edifício que é um elemento referencial da malha urbana da cidade e que faz parte da memória coletiva de todos os que vivem ou viveram na cidade” – e eu que sempre vivi na cidade de Amarante tenho na memória o Cineteatro com fosso para orquestra.

Deixo uma última questão ao Senhor Presidente da Câmara: Ao desaparecer a residência artística da Orquestra do Norte no novo projeto é caso para perguntar se há vontade que a Orquestra do Norte se mantenha em Amarante?”

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse compreender a intenção do orador anterior. Por isso, gostaria de questionar: se não tivesse sido realizada uma redução ao valor inicial do projeto do cineteatro, seria possível candidatar esta obra a programa de fundos comunitários e, assim, executá-la?

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado José Joaquim relativa à dúvida que este tem no que diz respeito ao valor da página 9, vou pedir aos técnicos que afirmam se há ali algum erro porque sinceramente não lhe consigo responder com exatidão. Farei depois chegar a informação.

Relativamente às questões do senhor Deputado Américo Paulo, disse-lhe que havia na sua intervenção uma grande confusão. Eu começaria por dizer que este Executivo não quer apagar a história de Amarante, não quer deitar a abaixo os edifícios de Amarante, não vai cortar as estradas de Amarante e portanto há uma lógica de continuidade em termos de projetos. Ontem alguém me perguntava se eu ia avançar com a obra de Fregim. Respondi que sim, sendo que seria executada por fases. O interlocutor, pessoa já de alguma idade, dizia-lhe: “sabe, esta obra já foi prometida no tempo do Dr. Assis”. Que sina a minha. Vou ter de pegar nas obras todas de há trinta anos para cá. Portanto, esta é a mais uma que eu vou ter de fazer, sabendo eu que o Partido Socialista vai dizer que eu estou a aproveitar uma promessa do antigamente. Quando se comprou o Cine-teatro foi com a expectativa que o edifício ia ser remodelado e utilizado pelos Amarantinos. Nem sempre e de imediato é possível fazer a obra. Nós sempre dissemos que era necessário fazer a obra. Agora não podemos dizer que a cidade é propriedade do PS. É dos Amarantinos. É obrigação deste Executivo reabilitar e quis o destino que o meu Executivo tivesse de pegar em obras prometidas à trinta anos. Depois de ter ouvido o senhor Deputado é que eu percebi porque é que as obras eram prometidas e não eram feitas. Os senhores faziam contas e nunca acertavam nelas. O senhor dizer que de sete milhões mais iva, que eu agora estou a perder dinheiro porque passei para três milhões mais iva, isto realmente é estranho. Pensando-se assim como é que poderiam fazer as obras, o Cine-teatro, o Solar dos Magalhães, se o esquema mental em termos financeiros era o que agora defendem. Dizer que os 85% servem para tudo e mais alguma coisa não tem lógica. Nós no âmbito do PARU, elencamos, e definimos uma área de reabilitação urbana. Dentro dessa área de reabilitação, fizemos uma relação do património que vamos ter de reabilitar, sendo que inscrevemos desde a primeira hora o Cine-teatro, o Mercado Municipal, o Solar dos Magalhães, a Casa de Pascoaes, a Casa da Cadeia, o Parque Florestal, a Zona Ribeirinha dentro da área da ARU. Tudo isto orça num valor à volta dos dezoito milhões de euros, sendo que nós depois temos uma primeira fase da obra. No âmbito do PARU temos cinco milhões e trezentos mil euros. Temos também uma verba no âmbito do PAMUS, que tem mais a ver com mobilidade. Definimos logo as prioridades. Uma outra fase tem a ver com a reabilitação da zona do Matias, que tem em parte a ver com os empréstimos que estão hoje na reunião. Queremos lá pôr a Orquestra do Norte e muitas outras atividades relacionadas com as artes em Amarante. É um projeto muito grande e será certamente para desenvolver no mandato seguinte. Com base nisso, definimos toda a nossa estratégia, naturalmente discutida em reunião de Câmara e que foi aceite, então decidimos avançar com a reabilitação do Cine-teatro, sendo que obviamente não temos os sete milhões. Como não tínhamos, tivemos de refazer os montantes. Com cinco milhões, quero fazer já duas obras, que é o Solar dos Magalhães e os Cine-teatro. Se seguíssemos o esquema mental do senhor Deputado, iríamos ficar com estes projetos mais trinta anos na gaveta. Decidimos então chamar o senhor Arquiteto Carlos Prata, e propor-lhe que, ou refazia o projeto, e baixava a obra para valores financeiros capazes. Andei a ver salas noutras localidades para perceber até que ponto a nossa projetada com 398 lugares, justificava os setes milhões que e iam ali investir. Iamos hipotecar a vida de Amarante por muitos anos porque não havia

comparticipação comunitária para suportar um montante desta natureza. Propusemos-lhe então que baixasse o projeto para os quatro milhões. Temos de fazer um edifício para servir os Amarantinos e não para estar à mercê de uma ou outra associação a exemplo do que agora acontece. Já na altura que foi comprado a ideia era essa. Portanto, estou a honrar esse compromisso. A residência para a Orquestra que fazia parte do projeto será feita num outro local, porque só ela encareceria em muito o projeto. Só em betão foram reduzidos cerca de dois milhões de euros. Era preciso fazer grandes muros e sistema de drenagem de águas, porque o local é muito complicado. Fazer um fosso para orquestra era outro perfeito disparate, porque a sala não tem dimensão para fazer ópera. Dizia o Arquiteto Carlos Prata e também o Arquiteto José Prata, que era mais fácil levar os Amarantinos a uma grande sala de espetáculos ver um espetáculo, do que estarmos ali a fazer um foso que não ia servir para nada. Isto sim, é falar em rigor. Por isso é que olhamos para um espaço, dissemos que merece tornar-se numa boa obra sem lhe tirar qualidade. É disto que estamos a falar. Não estamos a falar de sete milhões mais iva. Estamos a falar de três milhões mais iva.

Quanto ao Auditório ao ar livre, apenas queremos reabilitar o que inicialmente foi construído embora haja quem teimosamente não queira que se faça. Não é sério estar a aludir que eu não tive capacidade para fazer. O Parque Florestal e a zona envolvente é muito fácil de requalificar.

Relativamente ao empreendedorismo e se for possível daria a palavra ao senhor Vereador André Magalhães. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Vereador que começou por dizer que em primeiro lugar queria esclarecer as dúvidas que surgiram relativamente ao endividamento. Assim, os valores que aparecem no mapa financeiro têm a ver com a divisão dos empréstimos a médio e longos prazos e a curto prazo. É essa a divisão que nós temos porque a capacidade de endividamento mantém-se. A única diferença que há para aqueles quadros que há no momento do empréstimo é que há uma especificidade de que os empréstimos de médio e longo prazos, existe um valor de um milhão duzentos e sessenta e seis mil euros que tem amortizações no curto prazo e por isso é que aparecem. Continuam mencionados no empréstimos de médio e longo prazo, mas como tem amortizações no curto prazo, aparecem aqui para especificar que vai haver esse encargo financeiro no curto prazo. O valor total é o mesmo. Trata-se apenas de uma questão técnica.

Quanto ao empreendedorismo, que é um conceito muito complexo que exigiria algum tempo para ser devidamente explicado. De uma forma muito simples e quando falamos de empreendedorismo de uma forma geral não podemos reduzir o conceito a uma só resposta e dizer que vamos apostar numa só atividade. Isso seria redutor e não seria a aposta que queremos. Temos que perceber aquilo em que somos fortes e aquilo que podemos aproveitar. A nossa estratégia, quer para o empreendedorismo, quer para toda a área de desenvolvimento económico tem assento em primeiro lugar nos clusters de setores de atividade que tem preponderância económica no concelho. Obviamente no setor da metalomecânica, na construção, nas madeiras e no setor agroalimentar. Na parte do turismo e das áreas criativas que são áreas preponderantes. Por exemplo nunca viram o município de Amarante dizer que iria fazer uma aposta no empreendedorismo tecnológico, nomeadamente nas tecnologias de informação. É evidente que não conseguimos competir com o Porto, com Coimbra, com Lisboa ou com Aveiro. Nós aí não temos nenhuma aposta. Temos sim um conjunto de dinâmicas voltadas para o setor agroalimentar, para o setor do comércio, da indústria e dos serviços.

Há depois os programas específicos que nós montamos e que tem em conta as realidades do nosso território, como seja fomentar os centros urbanos através dos projetos comerciais e de regeneração urbana que permitem a abertura de novos espaços comerciais, que evidentemente não terão impacto nas freguesias de base rural. Por isso é que existem outros projetos na área do microempreendedorismo

social, que é muito mais lato. Desde aí, temos projetos para a indústria do futuro, eventos como o agrotalks, como a escola de verão e empreendedorismo, que tem como focos principais de atividade os clusters de atividade do nosso território, ou seja a indústria da metalomecânica, da madeira, da moda e do calçado que temos representadas em Amarante e no resto da região, procurando criar empresas neste setores. Por isso, temos projetos para pessoas vocacionadas para a área industrial, para a produção agrícola, para pequenos negócios de base artesanal. São áreas fundamentais dentro da nossa estratégia que tentam cobrir todo o território. Muito em breve vamos anunciar que existe um projeto do Instituto do Banco Europeu de Investimentos que escolheu Amarante para sediar aqui um projeto na área da inovação e do empreendedorismo social destinado a servir todo o território. Esta é uma das apostas que obviamente privilegiamos.

Quanto à rede das Sociedades Criativas da Unesco surge depois do trabalho efetuado por nós na área de investimento cultural e turístico. Chegamos ao contacto com a representação da Unesco em Portugal, para sabermos das oportunidades que podíamos ter, tendo sido alertados por eles que Amarante reúne um conjunto de condições que a levam a poder candidatar-se à rede das sociedades criativas da Unesco. Das várias categorias que havia para nos podermos candidatar, há a área da música. Os prazos são bastante exigentes uma vez que só temos até junho para fazer toda a candidatura em articulação com as associações sediadas em Amarante, bem com muitas outras de fora do território.

Usou de seguida a palavra o senho **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, que disse que uma vez que o senhor Presidente da Câmara tinha falado no seu nome queria dar uma explicação: O senhor Presidente da Câmara falou verdade quando disse que o senhor arquiteto falou no fosso da orquestra dizendo que não seria viável, entre outras coisas. Eu fiquei mal disposto na altura porque o projeto foi um concurso de ideias, porque é assim que deve ser e era também assim que a Ordem dos Arquitetos exigia. No concurso de ideias estavam lá todas as especificações. Se um gabinete de Arquitetura não concorda com as especificações e entende que está a fazer um mau projeto, pura e simplesmente não concorre, mais que não seja por honestidade profissional. Mas vim depois a saber que o irmão do senhor arquiteto Carlos Prata, pelos vistos perito em música está convencido que só se justifica um fosso de orquestra como aquele que há em **Bayreuth** que ele nunca visitou, e que é o maior fosso do mundo dedicado às óperas de Wagner. Evidentemente que não estamos a falar de um grande centro de ópera. Agora, o que eu acho é que poderia haver ópera em Amarante. Era esta a explicação que eu queria dar.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra, e no seguimento daquilo que o senhor Presidente disse relativamente às obras na estrada Fregim – Pidre, onde disse que muitas vezes não avança com algumas delas não por falta de verba, mas a maioria das vezes não o faz por não ter asseguradas todas as infraestruturas necessárias. Acho muito bem que assim seja, mas pergunto-lhe se para esta obra está assegurada a infraestrutura para a rede de gás?

AMÉRICO PAULO S. RIBEIRO – PS

No uso da palavra, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que mais uma vez não o respeitou enquanto Deputado Municipal. Eu também tenho vontade de me rir enquanto o senhor Presidente da Câmara fala, Mas a boa educação manda-me estar atento àquilo que o senhor diz, não só por respeito àquilo que diz mas essencialmente pelo cargo que ocupa.

Quanto àquilo que foi dito acerca do Arquiteto Carlos Prata, é evidente que ele dança conforme a música. Como teve um ganho de mais duzentos e trinta e cinco mil

euros, tinha a obrigação a remodelação do projeto. Há declarações do senhor Arquiteto, na altura em que foi apresentado o projeto por ele ganho, onde defendia como uma das grandes áreas que marcava o projeto era o fosso para as orquestras. Perde a credibilidade ao contradizer aquilo que em tempos defendeu como sendo o melhor.

Relativamente ao pormenor das contas, quando o senhor Presidente quiser, eu explico-lhe as minhas contas e vai ver que a diferença não é assim tão grande como pode parecer inicialmente, uma vez que é anunciado pela Câmara que a candidatura ao programa Portugal 2020, financiará o projeto em 85%.

Relativamente ao Parque Florestal, não sei a que é que o senhor Presidente da Câmara se está a referir, mas provavelmente está a querer referir que em 2014, as máquinas já lá deviam estar porque nessa altura havia um acordo com o senhor Secretário de Estado das Florestas, que se manteve no governo PSD durante dois anos. Nessa parte não o posso ajudar.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que da mesma forma que o Executivo não quer apagar a história de Amarante, também o PS não o quer. A verdade é que quem nos deixou às escuras à trinta anos atrás foi a gestão do PSD. Isto é um facto e também faz parte da história de Amarante. Desde então que o PS teve de desenvolver um trabalho árduo e rigoroso na gestão do município, com muito investimento que foi feito ao longo dos anos. Agora, também é legítimo dizer-se que em 2013, o PS perdeu as eleições para esta Câmara e a coligação Afirmar Amarante passou então a governar os destinos do município, mas não é por isso ter acontecido que o PS tenha de respeitar as vossas opções políticas e designadamente a vossa opção relativamente ao Cine-teatro. Há que respeitar a vossa opção. Agora, o que não é sério nem correto é fazer passar a mensagem que a vossa gestão séria e rigorosa vai reduzir a metade os custos do Cine-teatro, quando a verdade a redução dos custos é feita à custa da redução de 700 metros quadrados de área de construção, da área da residência da orquestra e essencialmente da questão do fosso. Isso é uma opção legítima de quem está à frente dos destinos do concelho, mas o PS entende que a devia continuar a fazer, porque efetivamente também entendia que aquele equipamento devia ser um equipamento de referencia para Amarante que seria diferente de todos os outros, designadamente por ter o fosso da ópera. Era uma opção política. Não ter dinheiro disponível é também uma opção, porque pretende fazer outro tipo de obras, muitos deles os projetos políticos do PS. Infelizmente para nós, não são essas as opções da Coligação Afirmar Amarante. Há que as respeitar, mas não se pode desvirtuar nem tentar passar a imagem que há agora uma nova gestão séria e rigorosa.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que não se pode continuar a vir para a Assembleia Municipal usar histórias com trinta anos como argumento político. Disse ainda que o que importa perceber é que não se pode vir constantemente aqui dizer que o PS fez, no tempo em que governou, tudo o que devia ter feito, pois fez aquilo em que pensou, mas esqueceu-se de um conjunto de oportunidades que não soube aproveitar para Amarante. Acrescentou que se pode voltar a discutir o que este Executivo realizou aproveitando a oportunidade que foi o regime de overbooking do anterior quadro comunitário e que também se pode esclarecer que sem se reduzir o valor do projeto do Cineteatro, a obra não poderia ser enquadrada em programa de apoio comunitário e, por isso, não seria executada. Disse que o atual Presidente da Câmara afirmou em campanha eleitoral que o obra de requalificação do Cineteatro, pelo valor dos cerca de sete milhões de euros, muito dificilmente seria executável, contudo, caso existisse oportunidade de a candidatar a programa de apoio comunitário, aí sim considerava a

sua execução. E é o que se está fazer: reduziu-se o valor da obra, de modo a tornar possível o seu enquadramento em quadro comunitário de apoio e, assim sim, poder executá-la. Não percebe, por isso, o porquê de se fazerem tantas contas, quando é simples entender que sem se reduzir ao custo da obra, esta não poderia ser enquadrada em apoio de fundos comunitários. Acrescentou que o rigor está também em aproveitar as oportunidades, coisa que o PS não soube fazer em quase vinte e cinco anos.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que respeita o que foi acordado. Abriu-se um concurso de ideias por três milhões de euros. Alguém não respeitou isso e passou para sete milhões. Esse é que é o problema, porque se tivessem respeitado os três milhões da candidatura e se fossem exigentes e rigorosos, se calhar já estava feito. Não tiveram essa capacidade. A falta de rigor começa aí. Quando abrimos um concurso, as pessoas tem de respeitar e fazer respeitar, que é isso que eu faço agora e essa é que é a grande diferença. Não há dinheiro para tudo. Havia na regeneração urbana em 2008, onde se dizia que Amarante tinha acesso a dez milhões e aí sim, nessa altura teríamos feito o Solar dos Magalhães, o Cine-teatro, e se calhar a remodelação do Mercado Municipal, coisas que agora não precisávamos de estar a fazer. Já estaríamos na fase dois e quando eu digo que temos dezoito milhões no âmbito do ARU, se calhar dez milhões já podiam estar feitos. Vocês não tiveram no passado essa capacidade. O mesmo se passou em relação aos Centros Escolares e agora os contribuintes Amarantinos é que vão ter de pagar as remodelações dos Centros Escolares e por isso é que hoje discutimos aqui um empréstimo de um milhão e meio de euros. Não precisávamos de os pedir porque se no passado tivesse sido feita uma candidatura tínhamos aproveitados 85% de financiamento e porventura tínhamos feito uma obra mais vantajada. Temos de ser muito mais criteriosos e honrar os compromissos que temos para com as nossas crianças. Querem falar claro de Quadros Comunitários, é comigo que tem de falar. Eu respondo-vos a tudo e falo-vos do passado, do presente e do futuro. Essa é que é grande diferença. Falo com rigor e com verdade.

Terminada discussão deste ponto, passou-se então ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 E RELATÓRIO DE GESTÃO E APRECIÇÃO DE BENS E INVENTÁRIO

Relativamente a este ponto, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse aos presentes que estava na sala o senhor Revisor Oficial de Contas, e que se algum membro da Assembleia lhe colocar alguma questão sobre o parecer que emitiu, ele prestará esse esclarecimento. “É agora aqui que devem fazê-lo, porque na minha opinião não tem de haver um ponto específico para tratar deste assunto, porque a certificação legal de contas deve acompanhar o relatório de contas do Município. Se o senhor Revisor quiser, está autorizado a usar da palavra para especificar mais em pormenor o seu parecer”.

Usou então da palavra o senhor Revisor Oficial de Contas, representante da empresa Leal, Carreira e Associados, de Coimbra que depois de se apresentar, disse que estava com muito gosto numa reunião da Assembleia Municipal de Amarante, onde se vai discutir o Relatório e as Contas do Município do ano de 2016. Como Auditor fiz o trabalho que me compete fazer e que está versado no documento da certificação legal das contas. Este documento, oficial que apresenta a opinião do Auditor sobre as contas. A base em que se fundamentou e as reservas que coloco, sem grande importância,

mas são as que são. Quem tem a responsabilidade pela organização e gestão das contas é a Câmara Municipal. A última parte do relatório mostra-nos a responsabilidade do Auditor Externo perante as contas que auditou e ainda a sua opinião sobre o Relatório de Gestão. Estes documentos fazem parte da Certificação Legal das Contas e perante esta minha breve explicação estou disponível para vos prestar os esclarecimentos que entendam por convenientes.

O segundo documento de apresentação obrigatória pelo Auditor Externo, é o Parecer do Auditor Externo onde este desenvolve e dá a conhecer o trabalho que executou e dá ainda o seu parecer sobre as contas. O resumo do parecer está versado no ponto 8 do referido parecer que diz: “Somos de parecer que: a) o Relatório de Gestão, o Balanço, a demonstração dos resultados, Os Mapas de Execução Orçamental e as Notas Anexas satisfazem de forma geral as disposições legais; b) em consequência, os documentos referidos na alínea anterior encontram-se em condições de ser aprovados; c) Encontra-se em condições de ser aprovada a proposta da aplicação dos resultados apresentada pelo Órgão Executivo no seu Relatório; d) Manifesteis ao Órgão Executivo da Autarquia e ao pessoal na sua generalidade, o vosso apreço pela atividade desenvolvida”. É este o parecer do Auditor Externo. Por mim é tudo e estou a partir deste momento à vossa disposição para qualquer questão que queiram ver esclarecida.

Entretanto, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, perguntou-lhe se neste parecer não se tem de cumprir o artigo 445º da Lei das Sociedades Comerciais, isto é da Administração Geral e da Fiscalização? O senhor Auditor respondeu-lhe que não e disse-lhe ainda que os documentos que leu resultam de minutas que foram divulgadas pela CMVM que por uma questão de unanimidade e uniformização pelo país definiu quais os pontos que devem constar dos nossos relatórios. Essa questão não se coloca às autarquias.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que tendo em conta esta explicação entendo que a alínea d) está a mais porque não podemos votar isto, ao que o senhor Auditor lhe respondeu que não tem que votar, mas que esta alínea faz parte dos nossos pareceres.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse-lhe que nem sequer tem consequências, porque nos termos das sociedades comerciais tem consequências a votação. Aqui não tem qualquer consequência.

Inscreveram-se então para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por agradecer ao senhor Auditor os esclarecimentos que ele deu relativamente ao assunto.

Relativamente ao Documento de Prestação de Contas, quero dizer que são o resultado de uma política de que o PS já demonstrou a sua discordância. Vamos agora debater as opções políticas que este Executivo apresentou. E tenho em traços gerais cinco considerações a fazer. A primeira é falar da execução das GOP,s, das grandes opções do plano, das opções estratégicas deste Executivo. Essa execução foi de 72%, uma execução baixa para as grandes opções do Plano. Eu destacaria os três pilares que o senhor Presidente de Câmara sempre referiu como os eixos estratégicos das suas opções políticas; ordenamento do território e reabilitação urbana, que tem uma taxa de 40% no relatório de contas. Segundo eixo prioritário: turismo. Taxa de execução de 43%. Cultura: terceiro eixo estruturante que sempre defendeu para Amarante. Taxa de execução de cinquenta e oito por cento. Relativamente a estes números factuais, estou certo que a bancada do PSD também terá críticas a apresentar relativamente a estas taxas de execução.

Ponto número dois – execução da receita: a execução da receita tem uma diferença entre aquilo que foi projetado e aquilo que foi executado de cinco milhões e quinhentos mil euros. Que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós continuamos sistematicamente a fazer orçamentos com base em valores empolados. E são esses mesmos orçamentos que nós aprovamos para satisfazer obras em cada uma das Juntas de Freguesia que depois tem este resultado na sua execução. Valores muito significativos na execução do volume financeiro de uma autarquia. Mas deixe-me dar uma nota relativamente ao rigor. Estava projetado nas “outras receitas para o município”, dois milhões e seiscentos mil euros. Sabe qual foi o valor real das outras receitas no ano 2016? Dezanove mil euros. Estavam projetados dois milhões e seiscentos mil euros e foram executados dezanove mil euros. Isto corresponde a uma taxa de execução de 0,7%, o que me parece um valor muito desajustado.

Numa terceira nota, quero registar o valor do saldo de gerência de cinco milhões e oitocentos mil euros, que é um bom indicador.

Como quarta nota e também com rigor da mensagem do senhor Presidente que passo a citar: “a recente diminuição dos recursos financeiros não nos coíbe de honrar os nossos compromissos”. Pois senhor Presidente, deve saber que numa análise rigorosa as suas receitas não diminuíram, mas aumentaram. Passamos de vinte e nove milhões em 2013, para trinta e dois milhões e duzentos mil euros em 2016. Há um acréscimo de dois milhões e trezentos mil euros. Ou se fez um copy e paste dos documentos do passado e o senhor Presidente assina conscientemente sem ver o que está a fazer, ou o seu rigor ficou aqui provado que derrapou em dois milhões e trezentos mil euros, o que me parece significativo.

Quinta nota e relativamente às declarações de voto do membros do Executivo, tenho também alguma preocupação relativamente a elas. Já tivemos uma recomendação do Tribunal de Contas ao município, relativamente à contratação por ajuste direto, que é legal, embora não sendo muito transparente a adjudicação sempre a uma mesma entidade. Outros aspeto que para bancada do PS também é muito importante é o recurso constante aos falsos recibos verdes na Câmara Municipal de Amarante, que não consideramos que seja uma prática que seja efetiva para uma autarquia. Eram estas as notas que tinha relativamente ao documento, sendo que o PS em consonância com aquilo que já fez no passado irá abster-se neste ponto.

ANTONIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

O senhor Presidente fez, relativamente a este ponto a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Ao analisar os documentos de prestação de contas do ano de 2016, documento este essencialmente técnico, elaborado por técnicos e atualmente alvo de certificação legal de contas que mereceu o parecer favorável da empresa LCA-Leal, Carreira & Associados SROC. Politicamente, pode-se analisar se o que foi previsto no Orçamento e no PPI foi ou não alcançado, quais as margens de execução concretizadas.

De referir que as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL e refletem a execução do Orçamento do Município de Amarante para 2016.

A execução dos documentos Previsionais de 2016 cumpriram o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes.

Relativamente à contabilidade orçamental que é vista numa ótica de caixa (recebimentos versus pagamentos), verificamos que em 2016, registamos uma boa taxa de execução da receita de 85,3% e da despesa de 81,6%, embora ainda com margem para melhorar estas taxas de execução.

De salientar ainda o saldo de gerência muito significativo que transita de 2016 para 2017 no valor de 5.806.750,94€, o que nos permite concluir que iremos ter uma boa execução em 2017.

Mas, se pensávamos que iríamos ser confrontados com estas matérias por parte da oposição, vejamos o papel de cada uma delas:

- O PS Abstém-se e apenas diz que os orçamentos na parte da despesa são executados com arte devido ao excesso de ajustes diretos e visto no passado não se ter verificado esperam ansiosamente este ano pela intervenção do Tribunal de Contas devido ao suposto excesso de ajustes diretos adotados pelo executivo. Será que esta postura se coaduna com quem ser uma alternativa séria ao governo do Município?

- Já o Movimento Amarante Somos Todos, diz que o endividamento no início de mandato era inferior a dez milhões de euros e em Dezembro de 2016 era cerca de seis milhões, repito seis milhões – logo realça a redução significativa do endividamento por parte deste executivo, mas... no final de 2017 o endividamento será de cerca de vinte milhões!!! E de onde vem este número – dos empréstimos contratados, utilizados e não utilizados e ainda aqueles que serão aprovados ou não... Bem, parece-me que não é muito sério quando comparamos e pegamos em números que não são comparáveis, pois sempre existiram empréstimos contratados mas que não são utilizados. Exemplos: – há quanto tempo temos um empréstimo contratado para o eixo viário de Vila Meã a ser utilizado apenas quando a obra for executada? Esperamos que venha efetivamente a ser utilizado, pois será um bom sinal.

Refiro que em 2016 existiam empréstimos contratados mas que não foram utilizados no valor de 6.294.330,00€.

Será que esperam que todos os empréstimos contratados e a contratar sejam utilizados em 2017? Todos sabemos que não. O que podemos dizer é que há uma estratégia de desenvolvimento e que a mesma possui financiamento garantido para a sua execução.

O que importa referir é que o valor total empréstimos em 31-12-2016 registou um dos valores mais baixos de sempre.

Não façamos de uma mentira uma grande verdade. No final deste mandato, seremos confrontados com valores na ordem dos que atualmente se verificam.

Continuamos assim, como no passado e neste momento, melhor que no passado, a ter uma situação financeira do Município sustentável e bem sustentável.

Termino realçando três áreas que absorveram cerca de 69% da despesa efetuada, áreas essas decisivas para um futuro cada vez melhor:

- Educação – 19,00%
- Coesão Territorial - 29,00%
- Juventude e desporto – 13,00%
- Cultura – 9,00%.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que espera que no período que se avizinha, a intervenção do senhor Deputado Hugo Carvalho seja lembrada, porque eu fico mais aliviado. Durante algum tempo andaram a dizer que nesta Câmara eram só festas e festinhas. Vem agora o senhor Deputado e bem, dizer que não executou a totalidade e que só ficou em 58%. Fico satisfeito quando diz que nós somos contidos. Espero que isso seja lembrado no combate político. Quero dar-lhe nota de que quando fala na reabilitação urbana há projetos que estão escritos no orçamento e que depois contam com o período de aprovação. Este ano, por exemplo está contemplada a questão do Cine-teatro, mas entre todos os pareceres e passos que a obra terá de dar não sei qual o tempo para a execução. Poderá ficar abaixo, o que irá prejudicar no final a execução das contas, o que não quer dizer que as obras não estejam em andamento. Muitas vezes quando se faz o orçamento, contas com os fundos comunitários, mas isso

não quer dizer que depois se possam executar. Por isso, é que em termos percentuais baixa a execução. Isso não é crime nenhum. Crime é não fazer, ou não pagar. Portanto, o que aqui está em causa, não é nem uma coisa nem outra. Deixe-me lembrá-lo que em termos de execução, nos últimos vinte e sete anos, foram estes últimos três anos os de maior execução de sempre. Basta comparar os mapas.

Relativamente aos ajustes diretos, quero dizer-lhe que não é verdade que este Executivo esteja a contratar a uma só entidade. Assumo o compromisso de lhe mostrar os mapas. Posso até fazê-lo publicamente. Há um único pecado capital que eu fiz em 2014, porque aceitei por bom aquilo que era feito. Só quando alguém aqui nesta sala me chamou à atenção que eu fui ver o que se estava a passar e mudei as regras. A partir do momento que alguém me chamou à atenção e curiosamente foi da parte do PS, eu mudei as regras. A partir daí são sempre convidadas três entidades para fazer o ajuste direto.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que já deve haver aqui muita confusão no PSD. A cultura não é as festas e as festinhas. A aposta cultural em Amarante é muito mais do que isso. É se calhar por não perceber isso que está a fazer uma política errada na área cultural. É por isso que a taxa de execução de 58%, que o senhor disse ser muito boa, e que até está a ser poupado, termo seu. Isso demonstra bem quem em termos estratégicos está a falhar. É uma estratégia que é importante para si e para Amarante. Foi um pilar importante para Amarante no passado, uma vez que é uma +área onde Amarante tem potencial e todos reconhecemos que é uma das áreas com futuro para Amarante, o senhor Presidente fica satisfeito por haver uma taxa de execução de 58%, e até diz que não estão ser despesistas em festas e festinhas. Confundir cultura, com promoções e outras coisas, fica esclarecido a sua visão estratégica para o concelho.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse ao orador anterior que não se resume a festas e festinhas, que é isso que os senhores andam para aí a dizer. Nunca Amarante teve uma projeção nacional e internacional como nestes últimos três anos. Amarante é agora falada constantemente. Vão dizer: foi Amadeo; pois foi. Mas fomos nós que ajudamos que Amadeo tivesse esta visibilidade. Ainda ontem foi apresentado em Nova York um documentário que foi feito com o nosso apoio para projetar este grande nome da cultura Amarantina a nível mundial.

Fomos nós que pegamos agora em Pascoaes e estamos a dar-lhe a visibilidade que ele merece, através de uma aposta clara em termos culturais e por isso é que nós vamos avançar com investimentos criando o Centro de Estudos de Pascoaes. É por isso que ele agora está em Lisboa para era apreciado por todos. Vamos ainda fazer a reedição dos livros todos de Pascoaes. A RTP quer-se associar a esta iniciativa do município de Amarante. Há uma aposta clara em termos culturais. Nós através de um festival a nível internacional, que vai acontecer de novo em Amarante fará com que lhe seja dada grande visibilidade. Projetou e projetará Amarante para o mundo. Temos feito claramente a diferença entre aquilo que era e aquilo que é. Eu tenho muito orgulho em que hoje toda a gente reconheça que Amarante está finalmente no mapa. Foi este Executivo que encontrou a caminho a seguir para que isto tivesse acontecido e em termos culturais eu fico muito orgulhoso daquilo que até agora executamos. Nós temos um pensamento, uma estratégia e um plano para Amarante. É isso que vos incomoda porque nós não vamos a reboque de nada. Tive a capacidade de fazer aquilo que era o nosso objetivo e ter os meios financeiros para executar aquilo que era o meu propósito. Portanto, não me venha com a habilidade da argumentação política que é tentar contrariar. O senhor fica contente e registado. Eu fico contente e orgulhoso pela Amarante que temos agora. Amarante começa hoje a ser conhecida de uma forma

diferente por isso muita gente se associa a nós. Para o ano vamos ter aqui um congresso mundial de termalismo. Este ano, vamos ter a Bienal Ibérica do Património Cultural a 13, 14 e 15 de outubro. Isto nunca seria possível no mandato anterior. É possível agora, porque alguém deu uma nova visibilidade e uma nova centralidade a Amarante no contexto nacional. Hoje Amarante é central relativamente ao país. Deixou de ser periférica como sempre foi até agora. E por isso, é que hoje podemos dizer que vamos albergar aqui eventos nacionais sem complexos. Disse que não temos camas. Se não temos cá, temos à volta. Havemos de ter mais aqui, mas não perdemos a oportunidade de fazer acontecer aqui aquilo para que Amarante foi vocacionada desde sempre. Por isso é que eu tenho orgulho em dizer que estou a gerir a melhor terra do mundo. É verdade que estou. Reconheço a capacidade que esta cidade tem para oferecer ao mundo. Por isso, com uma execução de 58% eu consegui fazer com que grandes entidades se queiram associar a nós e que grandes entidades queiram vir aqui dar visibilidade aos seus eventos. Essa é que é a grande diferença. E por isso, senhor Deputado para que fique registado em ata é que eu diga que eu tenho orgulho em fazer acontecer as coisas em Amarante.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que o senhor Presidente fez o discurso do “é por isso isto, é por isso aquilo”, e então eu vou dizer-lhe que é por isso que Penafiel recebeu o prémio da Associação Portuguesa de Autores no âmbito do Município da região com melhor política cultural. Isto afinal não aconteceu em Amarante.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que Amarante está logo a seguir, está em segundo. Alguém, que até já foi Vereador da Câmara de Penafiel, me dizia com alguma graça que se eu materializar tudo o que tenho previsto para Amarante, colocá-la-ei num patamar muito alto. Eu cheguei aqui há três anos e meio e já fiz o que fiz. Agora, acreditem que se os Amarantinos me continuarem a dar a sua confiança, Amarante não vai ficar atrás. E por isso é que agora Penafiel e outros municípios já não olham com aquela sobranceria toda para Amarante. Dizem que Amarante já está a par. Amarante já conseguiu dar um salto qualitativo na região. As pessoas já dizem que no Sousa há um. Mas o Baixo Tâmega já começa a ter mais respeito, tendo em conta aquilo que se faz em Amarante. Agora já não se ouve dizer “vai tudo para Penafiel. Andamos décadas a ouvir isto. Somos uns desgraçadinhos. Sai tudo de Amarante”. A grande diferença é que até o vosso discurso já mudou. É que já ninguém diz, que vai tudo para Penafiel. Amarante já começa a ter a centralidade que perdeu à vinte e mutos anos e que agora nos está ser devolvida. Agora meus senhores, o caminho faz-se caminhando. Isto é um projeto e não uma prova de cem metros. Vejam bem que a grande parte dos projetos que estou a desenvolver, projetos a sério que não são só para figurar em cartazes, mas sim para aproveitar os fundos comunitários do ano que vem, o que aliás mostra que já nos estamos a antecipar. Sabe senhor Deputado, a grande diferença entre este Executivo e outros que por cá passaram, é que nós trabalhamos por antecipação. Estamos a terminar uma candidatura para o Bairro Cancela de Abreu, no valor de dois milhões e meio de euros, porque tínhamos já o projeto feito, porque queríamos fazer a candidatura à regeneração urbana dos bairros sociais, candidatura anunciada há um mês atrás pelo senhor Primeiro Ministro em Paços de Ferreira. Aliás, digo eu a brincar que quis o destino que eu agora fosse grande amigo do senhor Primeiro Ministro, porque há vezes há quem diga que os avisos saem a pedido. Este, eu não sei se foi. O que é certo é que eram setenta e cinco milhões a nível nacional, e de um momento para o outro, foi apresentado no mês passado a iniciativa que ninguém sabia e abre um aviso que ninguém estava à espera e que fecha para a semana. Eu, a brincar, disse a um senhor Secretário de Estado que

ia meter uma candidatura porque já tenho tudo preparado. É isso que estou a trabalhar. Enquanto uns vão a reboque, à espera de ver no que dá, e que foi o caso para os Centros Escolares, onde se deixou passar os prazos para aproveitar o Quadro de Apoio e sendo assim só foi possível fazer um pouco de obra. Nas áreas de acolhimento empresarial que era fundamental para o município há vinte anos, onde devíamos ter trabalho para sermos competitivos e podermos agora acolher indústria em Amarante. Neste momento, estou a fazer prospeção a ver onde é que podemos comprar terrenos, tanto na zona de Vila Meã, como na zona central e ainda na margem esquerda, para que aquele que me vier a suceder puder fazer aquilo que eu não tive oportunidade, ser competitivo nessa área, para sermos competitivos no território. Estamos em crise, é verdade, mas ainda há muita gente a querer investir. Isto é que é grande diferença e é também por isto que eu fico muito orgulhoso com as execuções que tenho. Eu tenho planeamento, eu tenho execução para aquilo que me é permitido fazer na altura. Se ainda não consegui ainda fazer a reabilitação aqui, quero dizer-lhe que a vou fazer. Deixe-me dizer-lhe que 58% na cultura é muito bom. Amarante ficou a ganhar muito com esta execução e ficará a ganhar muito mais depois de tudo aquilo que nós vamos conseguir fazer por esta cidade.

Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia, pediu para usar da palavra e chamou para a Mesa o senhor José Freitas, tendo assumido a Presidência o Primeiro Secretário Hélder Ferreira.

Assim, no uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia disse que uma vez que o senhor Presidente da Câmara falou no Executivo anterior, vou só falar em factos relativos ao Executivo anterior. A exposição de Amadeo de Souza Cardoso no Grand Palais não foi mérito da Câmara Municipal de Amarante. É uma exposição que vem sendo preparada há muitos anos pela Gulbenkian. Quem tem feito o trabalho todo de promoção do Amadeo de Souza Cardoso no estrangeiro, tem sido a Fundação Calouste Gulbenkian. A Câmara Municipal de Amarante tem apoiado essas iniciativas, nomeadamente disponibilizando as obras que estão na reserva do Museu. A grande promoção a nível internacional do Amadeo e nomeadamente nos Estados Unidos foi com a exposição de 1999/2000. Não sei se V. Exa. teve conhecimento dela mas até há um catálogo no Museu. Foi essa exposição que deu a conhecer completamente o Amadeo nos Estados Unidos e foi através dessa exposição que percorreu várias cidades dos Estados Unidos e que teve tal repercussão que todos os Museus foram às suas reservas ver se tinham Amadeos, e por uma razão muito simples. A grande exposição de Amadeo nos Estados Unidos com os Modernistas Europeus foi em 1913, o chamado Armory Show. Nessa exposição de 1913, o Amadeo de Souza Cardoso vendeu sete obras, havendo apenas conhecimento de duas, que estão no Museu de Chicago e que agora estiveram em exposição em Paris, no Grand Palais. Entretanto essa exposição de 1999/2000, teve tamanha repercussão, que por essa busca apareceram mais duas obras, tendo uma delas sido vendida à Gulbenkian que é o Avant la Corrida que esteve na exposição e que foi apresentada pela última vez no cinquentenário do Museu Azeredo Perdigão de Arte Moderna. Temos hoje conhecimento de quatro obras do Amadeo nos Estados Unidos da América. O grande momento de promoção de Amadeo de Souza Cardozo nos Estados Unidos foi em 1999/2000. A crítica artística da altura veio dizer que uma das obras de Amadeo é provavelmente a melhor obra do século vinte, que é a Coty, que neste momento está no Museu Gulbenkian sendo propriedade deste. Portanto, a partir desta exposição é natural que se desenvolva a hipótese de dar cada vez mais visibilidade a Amadeo, porque infelizmente até aos anos cinquenta Amadeo nem era falado em Portugal. Com todas estas iniciativas, com este esforço da Fundação Calouste Gulbenkian e com o apoio do Museu de Amarante, independentemente da Câmara que cá esteja, vai sendo feita a grande promoção de Amadeo, e felizmente cada vez mais o Amadeo será

conhecido internacionalmente. Mal fora, fosse a Câmara qual fosse não colaborasse naquilo que for possível, nomeadamente emprestando as obras que estão no Museu.

Quanto a Pascoaes, foi comprado o espólio. Quando se anunciou publicamente a compra do espólio, houve logo duas Universidades que se propuseram a serem elas a estudá-lo, a divulgar-lo e a tomar iniciativas. Foi a Faculdade de Letras de Lisboa e a Faculdade de Letras do Porto. O espólio foi comprado no último ano do mandato do Executivo anterior e a iniciativa deste congresso deve-se em grande parte à estratégia da Universidade de Lisboa de querer ser ela a apadrinhar e a apoiar a divulgação de Pascoaes.

Festival MIMO – V. Exas tiveram concerteza oportunidade de assistir à abertura do Festival. O que disse a promotora do Festival é que o grande mérito foi do Dr. Santos. Uma coisa que agora me mete muita confusão, é que agora há muitas associações a promover atividades culturais. Sendo associações, dá impressão que não se ganha dinheiro; é tudo gratuito. A MIMO é um espetáculo ligado ao património e que há muito tempo se faz no Brasil e que agora se quer internacionalizar. Para isso fez o pedido à Comunidade Intermunicipal que a principio estranhou mas, que como Amarante tem património se vieram oferecer a Amarante através do Dr. Adriano Santos. Foi o que foi dito e a Câmara aproveitou. Que é um bom festival, lá isso é. Acho muito bem que a Câmara continue a apoiar este Festival. São factos.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou de novo da palavra para dizer que está muito bem dito o que foi dito e não veio contrariar nada àquilo que eu disse. O que eu disse é que o documentário de Amadeo projetou Amarante para o Mundo porque passou em mais de cem países. Obviamente que há mérito do Município de Amarante, porque acolheu e esteve de braço dado na iniciativa. Então, se eu tenho o mérito de aproveitar as oportunidades vou ser criticado pelas mesmas? Neste momento estamos a tentar explorar a questão de Pascoaes e a divulgar de uma forma mais concertada a questão de Pascoaes, porque nós achamos que ele merece e temos condições para o fazer. É isso que vai ser feito.

A questão do MIMO, senhor Deputado Dr. Armindo Abreu a história não é essa. Agora é verdade que um amigo comum de V. Exa e meu, trouxe a promotora dos espetáculos aqui à Câmara onde falamos da vontade de agarrar esta oportunidade. A ideia nasceu para fazer de forma partilhada entre Amarante e Porto. Na altura houve várias reuniões com o Diretor Regional da Cultura do Norte, o Dr. António Ponte, com alguns técnicos da Câmara do Porto ligados às questões culturais para tentar perceber como é que devíamos organizar este festival entre o Porto e Amarante. Entretanto as coisas mudaram antes da CIM estar envolvida. A CIM foi para lhe dar um cariz regional porque obviamente o MIMO não se pode pensar só para Amarante, mas sim para toda a região e foi aí nessa fase quando nós nos envolvemos e eu entendi que devia ser feito só em Amarante. O Festival só veio para Amarante pela forma como olhavam para Amarante. Houve a necessidade de a promotora de espetáculos tentar uma pareceria com um dos canais televisivos e foi ter com a administração da TVI. A Administração da TVI questionou a realização do MIMO em Amarante e a senhora que representava o MIMO ficou chocada e também preocupada e perguntou-me o que é que eles quiseram dizer com aquilo. Eu respondi-lhe que não quiseram dizer nada de muito importante e disse-lhe que tínhamos de esquecer o Porto e concentrarmo-nos só em Amarante. Porque é que eu tomei essa decisão? Porque fiquei ofendido por terem falado desta forma tão depreciativa de Amarante. Então entendi que ninguém brinca mais com Amarante. Em boa hora o fiz. No último dia do MIMO fiz aqui um Verde de Honra que ofereci a toda a comunicação social. Estiveram presentes 14 órgãos de comunicação social incluindo rádios e televisões nacionais e internacionais e todos foram unânimes em dizer que a escolha foi a ideal. Houve a capacidade do município de Amarante agarrar esta oportunidade. Foi uma feliz coincidência, mas quando as oportunidades vão passando ao pé de nós devemos agarrá-las. Há quem não o faça, mas eu tenho

tido talvez a sorte de ser alertado para as coisas e aproveito muitas vezes as sugestões. Temos de governar para todos e com todos e eu acho que tenho tido esse mérito. Disso ninguém me consegue acusar. Eu consigo ouvir e agarrar uma boa sugestão.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que o que quero enaltecer nesta intervenção é que primeiro é muito interessante ver que alguém quer assumir o estatuto de ex-Presidente de Câmara que é uma figura nova que devemos realçar.

A segunda ideia que quero realçar é que estamos a dar a evidência merecida àquilo que é uma iniciativa surgida no município de Amarante, o Festival MIMO, que já colocou Amarante em patamares onde Amarante não estava, como ainda continuará a colocar.

A última coisa que quero realçar, é que aqui ninguém tem o dom de vir com uma borracha apagar aquilo que se faz no passado. Nem o Executivo atual nunca pretendeu fazer, como também não é possível O PS viver com o medo de que as pessoas se esqueçam que governaram quase durante vinte e cinco anos. Não nos esquecemos para o bem, mas também não nos esquecemos para o mal.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse ao orador anterior que aquilo que anteriormente fez não é inédito, não é inovador, está na lei. É o Presidente da Assembleia Municipal e não o ex-Presidente da Câmara. E falou porque o atual Presidente da Câmara falou no anterior Executivo.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que de forma muito rápida iria dizer que se percebe que o Dr. Armindo Abreu fala dos artistas Amarantinos com entusiasmo, mas quero dizer-lhe que na exposição de 1913 foram oito os quadros expostos e foram sete os vendidos. É só uma pequena correção à intervenção que ouviu com agrado.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que estamos aqui na discussão política do documento que define quais as opções políticas tomadas por este Executivo. Aquilo o senhor Presidente da Câmara pretendeu fazer foi apagar tudo o que foi feito no passado pelo PS, fazendo de conta que nada foi feito no que respeita à cultura, designadamente no que respeita a Amadeo e Pascoaes. Se é verdade que o caminho foi aberto com a valorização do museu, foi com o PS e o mesmo se diga relativamente a Teixeira de Pascoaes.

O que eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara é que especificasse em concreto quais foram as iniciativas diretas do Município relativamente a Amadeo e a Pascoaes e que não se tenham limitado a passar o cheque ou a associar-se às iniciativas que aqui foram colocadas. Também lhe quero dizer que se quiser ser sério, diga às pessoas que só pode ir fazendo tanto investimento porque o PS lhe deixou uma situação económica favorável, que lhe deixou capacidade de endividamento, que deixou dinheiro para recorrer aos fundos comunitários e ir buscar ao overbooking relativamente a obras pagas e também relativamente às águas que tanto jeito dão que também recebeu cinco milhões e novecentos euros. Sei que não os recebeu ainda todos, mas vão dando jeito para fazer outras obras. Era importante que respondesse também porque é que ainda não reduziu ao endividamento com o dinheiro que entretanto recebeu das águas.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu à senhora Deputada que não quer apagar a história. Não posso apagar a história. Agora, também sabem que eu não fazia críticas ao anterior Executivo em termos culturais, porque tinham um bom

percurso. Neste momento dou-lhe outro foco e outra amplitude. A verdade é esta. Amarante conseguiu posicionar-se neste segmento de uma forma diferente de uma afirmação plena daquilo que Amarante deve ser e deve ter. A iniciativa foi em parceria com outras entidades. Como deve compreender, devemos estar associados a estes eventos.

Relativamente ao endividamento e ao que falta amortizar do empréstimo para as águas, o dinheiro ainda não foi utilizado. Ainda tenho o dinheiro de lado. Ainda estamos a ver com as entidades técnicas como é que poderemos fazer ou se deveremos estar a amortizar, até porque neste momento temos de pagar setecentos mil euros de capital social. Já pagamos outro tanto o ano passado. Além disso estamos ainda a fazer investimento. Se for necessário outro empréstimo temos de o fazer. Temos amortizado o empréstimo, que tem uma taxa vantajosa, mas penso que ainda falta pagar um milhão e trezentos mil euros, sendo que temos outro tanto para pagar de capital social. Para já, estamos a ver se tecnicamente pode ser feito assim ou não.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 26, votos a favor: 22**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL -DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017

Relativamente a este ponto apenas se inscreveu para usar da palavra a senhora Deputada **OCTÁVIA CLEMENTE** que apenas veio dar à sua bancada o sentido de voto na abstenção relativamente ao assunto em questão.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 1, abstenções: 26, votos a favor: 20**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO

Este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Antes de se passar à discussão do ponto 5 da Ordem de Trabalhos, e quando já eram 12.30 horas, o senhor Presidente da Assembleia propôs que fosse feito um intervalo para almoço, reiniciando-se os trabalhos quando fossem 14.30 horas. Esta proposta foi aceite por todos os presentes.

Foram então reiniciados os trabalhos quando eram 14.30 horas tendo o para isso o senhor Secretário da Assembleia feito a chamada para ver da existência de Quórum.

PONTO Nº 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PARECER DO ROC SOBRE AS CONTAS DE 2016

Como este ponto não estava sujeito a votação, uma vez que foi apreciado junto com as contas, o senhor Presidente passou de imediato à discussão do Ponto número 6.

PONTO Nº 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E GENÉRICA PARA A CÂMARA CONTRAIR EMPRÉSTIMOS PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 51º, Nº 2, DA LEI Nº 73/2013, (PROC. N.ºs 1 A 8/DAG/2017)

O senhor Presidente da Assembleia disse que iríamos tomar uma deliberação genérica, embora devesse aqui haver uma proposta da Câmara. Vamos ultrapassar

isso e vamos fazer uma votação genérica em relação aos empréstimos que vamos discutir a seguir. Nesta votação na especialidade basta uma maioria simples. Na especialidade é preciso uma maioria absoluta, isto é 51% dos membros eleitos e em efetividade de funções. Sempre que a totalidade dos empréstimos ultrapasse os 10% do capital investido, é necessário dar esta “autorização” à Câmara.

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 23, votos a favor: 20**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, usou da palavra para dizer que se todos concordassem, poder-se-ia, uma vez que o propósito é o mesmo, votar e discutir em conjunto os pontos números 7, 8 e 9. Todos concordaram.

Começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse este processo de aquisição tem a ver com o terreno da antiga fábrica do Matias. Aquilo é composto de três lotes e será importante adquiri-los tendo em conta o futuro de Amarante. Há várias ideias daquilo que se pretende para aquele espaço, um pouco no seguimento daquilo que já vem do passado tendo também em conta um estudo para a mobilidade e para o interface modal do concelho de Amarante. Vai ser também importante para alguns equipamentos direcionados para a área cultural. Dos empréstimos contraídos, duas das parcelas são de maior relevo em termos de montantes. Estamos a falar de cerca de um milhão para uma das parcelas e o empréstimo será neste caso contraído com uma duração maior, um prazo de vinte anos. O mais pequeno tem um valor de cerca de cem mil euros, e será contraído por um período de dez anos. Estes empréstimos têm de ser votados por uma maioria absoluta, sendo que a abstenção não conta como oposição de força. No fundo é votar contra. Votar contra ou abster é exatamente a mesma coisa, porque aqui o que interessa é ter 27 votos, 50% dos elementos que compõem a Assembleia, mais um.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que é muito importante que o terreno seja bem localizado. Mas é também muito importante saber ao que se destina. E neste caso, nem os documentos, nem a intervenção do senhor Presidente da Câmara foram claros, quanto àquilo que se vai lá fazer. Quando se fazem aquisições de terrenos, deve clarificar-se a política de solos do município. Deve salvaguardar-se os terrenos que estão na posse do município, aqueles que tem interesse, mas também ajustar a aquisição de novos terrenos aos estudos e ao planeamento existente para haver um equilíbrio na organização territorial do município. Estas questões, para o PS são importantes para que se clarifique esta questão.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que quando somos confrontados com a necessidade de tomarmos decisões sobre questões com alguma grandiosidade ainda que se reconheça a importância para o município, mas dada a sua grandiosidade é sempre sucetível de nos interrogarmos. É natural que queiramos sempre mais documentos, mais informações em relação ao futuro. Recordo que no passado também foi um bocado assim. Quando se propôs a aquisição do terreno na Rua Cândido dos Reis, perguntamos na altura o que é que a Câmara queria lá fazer. Quando se adquiriu o edifício do Cine-teatro e também quando se adquiriu a Adegua Cooperativa. Nessa altura o senhor Presidente considerou os argumentos que considerou válidos e hoje percebe-se que as aquisições apesar de terem na altura merecido a contestação por parte de alguns, foram bem pensadas na perspectiva de médio e longo prazo. Nesse enquadramento e nesse conceito de avaliação das necessidades que precisamos de tomar hoje em relação àquilo que será o desenvolvimento e o futuro do concelho,

também temos que enquadrar esta proposta que hoje analisamos. Estou convencido que os senhores Vereadores fizeram uma avaliação cuidada. Já aqui foi dito que se trata de um terreno bem situado e no meu entender estratégico para o desenvolvimento futuro de Amarante e permitir que a iniciativa privada adquira edifícios e terrenos que possam estrangular o desenvolvimento de Amarante e o interesse coletivo sem deixar de considerar que é possível conciliar o interesse individual com o interesse coletivo, mas compete ao município media esses interesses, mas faz todo o sentido que a Câmara adquira aqueles terrenos. Não me vou pronunciar acerca dos valores porque não tenho condições para isso. Julgo que isso é sustentado por elementos que dão suporte à nossa deliberação aqui hoje. Acho que a Câmara faz muito bem em comprara estes terrenos, como outros que venha a considerar de importância vital para o desenvolvimento harmonioso de Amarante.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra deu os parabéns à Câmara ter conseguido a compra dos terrenos. Quanto ao uso a dar-lhes disse também que qualquer coisa que ali venha a ser feita será sempre muito melhor que aquilo que hoje lá se encontra.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que percebe que o senhor Deputado tenha colocado aqui em ênfase a questão de se saber o que é que ali se vai fazer. Eu não disse, porque durante este período que medeia até às eleições, para além de se ter comprado o terreno, tudo mais que para ali venha a ser projetado, será para o mandato seguinte. Posso deixar aqui hoje a minha opinião que se continuar para o mandato seguinte, uma das obras terá a ver com a plataforma intermodal, porque Amarante não tem uma verdadeira entrada na cidade. Por isso é que entendo que aquela zona deverá ser a verdadeira entrada na cidade. Neste momento não temos uma verdadeira entrada. Daí ter sido importante a aquisição daquela primeira parcela. Depois se se vier a criar o canal para o comboio e se vier a criar esse interface entre o centro de Amarante e o comboio vai ser muito importante toda a lógica de mobilidade que vamos criar. Cada vez mais se pensa na mobilidade sustentável e Amarante não é exceção. Temos esse plano, que dentro em breve será discutido, para pensarmos nos próximos dez anos qual será o futuro da mobilidade em Amarante, que passa obviamente por aquele espaço, passa pela integração daquele espaço com o eixo do comboio e também em parceria com toda uma política de mobilidade.

Depois estamos a falar de cerca de vinte mil metros quadrados, um espaço no centro da cidade em que, atendendo que Amarante sempre apostou nele ao longo destes anos e até por causa dos vultos da nossa história em termos culturais, nós temos aqui uma janela de oportunidade em apostar pensando sempre na lógica de que Amarante é central num contexto de que temos grandes cidades há nossa volta, como seja Guimarães, Braga, Vila Real e Porto, em que nós poderemos na nossa dimensão apostar em ter ali equipamentos importantes, levando até que possamos ter aqui protocolos com universidades e ter aqui um posto avançado em termos de ensino superior. Isto é possível. Está a ser negociado e neste momento vale o que vale, porque vai demorar muito tempo porque é preciso concretizar o investimento, mas para isso também é preciso haver dotação orçamental para o mesmo. Eu acredito que para o ano nós podemos refletir isto de forma melhor porque os Quadros Comunitários vão todos sofrer reajustamentos. Aliás o Senhor Primeiro Ministro já anunciou que vai haver uma verba de cinco mil milhões para a reabilitação urbana que será muito importante para nós. Temos o terreno, temos uma ideia que vamos partilhar com todos, até porque o investimento será avultado. No futuro poderemos ter ali algo muito importante, atendendo a que se faça por ali a entrada na cidade, havendo a reabilitação do centro da cidade, fazendo a integração com St^a Luzia, teremos ali no futuro uma área muito

importante. Eu tenho esta ideia para ali, o que não quer dizer que ela comece e acabe ali. Certeza neste momento é a plataforma intermodal, esteja para lá pensado ou projetado o que quer que seja. Aquela tem de ser verdadeira entrada de Amarante.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que agora estamos a ser confrontados com o pedido para autorização da contratação de empréstimos de médio e longo prazos relativamente a três parcelas. Empréstimos para a aquisição de três parcelas sitas na zona nobre da cidade e que todos nós aqui presentes estamos de acordo que são essenciais para o desenvolvimento do concelho. Isso ninguém discorda e todos estamos de acordo. O que nos coloca algumas reservas, relativamente a este e bem assim aos demais, senhor Presidente da Câmara, é que aquilo que nós verificamos hoje é que não há capacidade do município para adquirir muito pouco em termos de terrenos e é obvio que terrenos com estas grandezas, não é fácil que o município tenha receitas próprias para o fazer e por isso temos que ser justos e reconhecê-lo. Aquilo que nós vemos ultimamente é que somos constantemente confrontados com aquisições sucessivas de terrenos onde existe claramente uma falta de planeamento. Nós, não sabemos se daqui até ao final do mandato o senhor Presidente ainda nos vai apresentar mais algumas. Antes de decidirmos em concreto se existe aqui mais alguma proposta até ao final do mandato de investimento em aquisição de terrenos, aquilo que eu lhe pergunto é se tem neste momento em vista mais alguma aquisição.

Depois, relativamente ao valor da aquisição do terreno, é obvio que qualquer um de nós tem uma percepção acerca dos valores dos terrenos, mais que não seja em comparação com os valores que correm no mercado. Como os terrenos não são todos iguais é fácil ver aqui alguma diferença. Portanto, também por aí o valor que aqui é encontrado em termos de avaliação é um valor muito próximo relativamente às três parcelas de terreno e obviamente que isso não corresponderá à realidade. Até porque como o senhor Presidente da Câmara já referiu há ali alguns encargos que não estão aqui valorados e que tem a ver com a demolição e a retirada daquilo que lá está. Pergunto se alguma análise relativamente a isto é tida em conta ou se algo já foi feito para depois melhor podermos decidir.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente em resposta à oradora anterior disse-lhe que vir dizer que não há planeamento não é verdade. Se há planeamento é agora. Se há uma ideia para Amarante é agora. Aliás isso está expresso na vontade de aquisição destes terrenos.

Se foi feita análise àquilo que vamos comprar com o edificado que lá está, eu vou dizer-lhe porque é que ainda não o fiz. Já falei com os arquitetos. Ainda não avancei porque estou à espera de ter a propriedade daquilo. Gostava de poder integrar uma parte do edificado que lá está. Mas diz-me assim: “mas não é possível”; não sei. Se eu conseguir integrar e atendendo que temos ali vinte e tal mil metros quadrados eu quase de certeza que vou conseguir ir buscar Fundos Comunitários. Numa questão de planeamento o que eu estou a fazer junto dos arquitetos é que eles tentem desenvolver toda uma lógica de planeamento a partir da altura que se efetive a aquisição. Tenho estado a trabalhar nisso, até porque os projetos que estamos a fazer não são para este ano, mas sim para preparar a possibilidade de os integrar nos Quadros Comunitários do ano que vem, que eu acredito ir haver. Ainda há pouco eu dava o exemplo do Bairro Cancela de Abreu. Estamos a fazer uma candidatura e há um mês atrás eu não diria que estava a fazer a candidatura. Surgiu de um momento para o outro, mas o trabalho já começou há um ano e meio. O senhor Presidente da Junta aqui da cidade sabe, porque eu partilhei com ele a ideia. Isto para dizer que eu neste momento pretendo estudar, analisar, planear todo o processo que respeita àquela área.

Obviamente que tudo será objeto de reflexão sendo certo que se eu conseguir integrar parte do edificado, integrando-o até numa lógica de memória do passado, por forma que no processo da reabilitação de uma antiga indústria, integrando-a na reabilitação da cidade. Se conseguirmos isso, provavelmente iremos buscar Fundos, seguramente não para a totalidade daquilo que pretendemos fazer, até porque teremos para ali várias valências. Temos que criar ali condições de estacionamento. Como aquilo tem desnível também é possível. Está tudo pensado. Agora, na fase que estamos preciso de fazer para já a escritura. Depois disso apresentarei uma proposta para desenvolver todo o planeamento daquela zona tendo em atenção estas dimensões e tendo em atenção também a possibilidade de ir buscar financiamento. Eu continuando cá ou não, mas venha quem vier, vai ter de continuar a fazer esta política de ir buscar dinheiro para poder fazer. Vamos tendo alguns projetos de requalificações de estradas. Estamos à espera do processo que foi Para o Tribunal de Contas respeitante aos terrenos à beira riem, de que no futuro se me autorizarem vai ser preciso comprar mais uma pequena parcela na mesma zona. Depois há aqui a necessidade de adquirir pequenas parcelas para melhorar algumas estradas. Há seguramente parcelas de terreno que este ano ou para o ano irão ser adquiridos, de valor muito inferior àquele que hoje aqui temos. São valores residuais.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que quer que fique bem claro que o PS é a favor da aquisição destes terrenos que são estratégicos para Amarante. Podemos colocar reservas relativamente ao valor e sobre o destino a dar àqueles terrenos. Agora, efetivamente também concordo com o senhor Presidente que serão daqueles terrenos que devemos comprar, independentemente de não termos definido o que lá se pretende fazer, sendo certo que alguns dos estudos que o senhor já referiu já condicionam e muito aquilo que lá se pretende fazer e já não restará assim tanto terrenos para todos os equipamentos que mencionou. De qualquer das formas, não se tratando de um terreno que estivesse no mercado e à venda coloca-se sempre a questão da oportunidade da compra. Esta é a questão que se nos coloca e o facto de se recorrer a empréstimos que contam para a capacidade e para o limite do endividamento. E esperando que de hoje para amanhã o senhor Presidente da Câmara não venha a acusar a bancada do PS, de estar a aumentar a capacidade de endividamento, eu vou dar indicações à bancada do PS para em consonância com aquela que foi a posição dos Vereadores na Câmara, votem também a favor deste ponto. Entendemos a necessidade desta aquisição, mas não queremos que no futuro nos acuse de ter contribuído para a capacidade de endividamento. Por fim, deixe-me dizer-lhe que lhe ficava bem ter a sua bancada completamente preenchida.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 3, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Relativamente a este ponto, o senhor **DEPUTADO ARMINDO ABREU (????)** fez a **declaração de voto** que a seguir se transcreve: “Abstive-me mas, em consciência, devia ter votado contra. Na falta de vontade dos proprietários de investirem naquela área, há, realmente, interesse do município adquirir os respetivos prédios. Mas, não havendo um objetivo e projetos concretos para a sua ocupação, estamos na presença de um negócio de oportunidade cujo único critério válido para a determinação do preço de aquisição seria o do mercado. Nestas circunstâncias, os proprietários deviam ter posto os prédios à venda no mercado, com o compromisso de darem preferência da aquisição ao município. O recurso à sua avaliação de acordo com os critérios discutíveis do código das expropriações teve como consequência, na minha opinião, a determinação de um preço de venda muito superior ao do mercado

atual. A aquisição com recurso à expropriação podia ser feita a todo o tempo, nomeadamente quando a Câmara tivesse um projeto consolidado para o local, aproveitando, entretanto, a sua capacidade de endividamento para financiar projetos úteis e sustentáveis que pudessem avançar desde já”.

PONTO Nº 10 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZOS – PROC. N.º 4/DAG/2017 – INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS – OBJETO: OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM EDIFÍCIOS ESCOLARES”

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que ia fazer uma intervenção relativa aos pontos números 10, 11, 12, 13 e 14, uma vez que tratam todos de contratações de empréstimos de médio e longo prazos relativamente a investimentos da parte não comparticipada pelos Fundos Comunitários. Relativamente aos projetos em concreto, o PS nada tem contra as obras, embora não conheça, com exceção do Cine-teatro, onde há qui uma divergência clara relativamente aquilo que é a proposta da Câmara e aquilo que era a proposta do PS, mas o que nos começa a preocupar é o constante recurso ao empréstimo, embora nestes casos se diga que vamos recorrer a fundo comunitários em 85%, e a fasquia dos 15% é com recurso a empréstimos. E apesar destes não contarem para o limite do endividamento, a realidade é que contam para dívida e naturalmente terão de ser pagos. O PS começa a ficar mesmo muito preocupado em ver tanto empréstimo e tanta necessidade ao recurso do endividamento e nessa perspetiva, mas também por forma a viabilizar e assumir as suas próprias responsabilidades, à semelhança daquilo que tem sido a postura aos demais empréstimos, a bancada do PS dá liberdade de voto aos senhores Presidentes de Junta.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que estamos perante um conjunto de propostas de difícil aceitação por parte da Assembleia Municipal, porque de alguma forma convidam-nos a alguma forma de endividamento considerável. O que me parece de alguma forma justificável a disponibilidade da Assembleia para votar favoravelmente estas propostas que aqui nos são trazidas é que elas são de alguma forma a comparticipação do Apoio Comunitário e obviamente que me parece é que as obras só se materializarão após a aprovação dos Fundos Comunitários para estas obras. Não há dúvidas que são valores consideráveis que o nosso sentido de responsabilidade nos leva a refletir sobre eles, o que faz sentido, mas que nos dão algum conforto para votar favoravelmente estas propostas sabendo que elas estão condicionadas a dois itens muito importantes, que são os 15% da comparticipação nacional e só após a aprovação desses Fundos Comunitários para essas obras é que se vai fazer a contratação. A minha dúvida é saber se entidade financeira que ganhou os concursos para os financiamentos tem condições para tanto financiamento. Mas isso é um problema dos outros, não é nosso. As condições do empréstimo são agradáveis, embora eu não saiba se os ativos desta instituição são suficientes para garantir toda esta obra que nos é proposta.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 10, votos a favor: 35**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 11 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZOS – PROC. N.º 5/DAG/2017 – INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS – OBJETO: OBRAS DE REMODELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NO ÂMBITO DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 10, votos a favor: 35**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 12 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZOS – PROC. N.º 6/DAG/2017 – INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS – OBJETO: RECUPERAÇÃO DO CINE-TEATRO DE AMARANTE”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 10, votos a favor: 35**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 13 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZOS – PROC. N.º 7/DAG/2017 – INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS – OBJETO: RECUPERAÇÃO DO SOLAR DE MAGALHÃES”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 1, abstenções: 10, votos a favor: 34**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 14 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZOS – PROC. N.º 8/DAG/2017 – INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS – OBJETO: RECUPERAÇÃO DO BAIRO CANCELA DE ABREU”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 10, votos a favor: 35**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 15 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL – DENOMINADO DE ÁREA 1”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 2, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 16 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL – DENOMINADO DE ÁREA 2”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 2, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 17 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CRIAÇÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DE ÂMBITO REGIONAL DA SERRA DA ABOBOREIRA”

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 18 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, RELATIVA À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO DO EMPREENDIMENTO DE TURISMO. REQUERENTE: QUARTO DE LOBOS – INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA. LOCAL: LUGAR DE POUSADELA, FREGUESIA DE OLO

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 19 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, o senhor deputado disse que para valorizar o documento deverá ser incluída uma escola no conjunto das instituições que compõem o Conselho. Verifico que no âmbito das escolas da rede escolar está um representante do Agrupamento de Escolas de Amarante, está um representante do Agrupamento de Escolas Amadeo Souza Cardoso, Está um representante da Escola Secundária de Amarante, está um representante do Colégio de S. Gonçalo, está um representante do Externato de Vila Meã, logo, também devia estra um representante da Escola António Lago Cerqueira, porque é uma escola que está na rede, tem protocolo com o Ministério da Educação. A minha proposta é no sentido de incluir um representante da Escola.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse então que a proposta que está em cima da Mesa é integrar na composição do Conselho a Escola António Lago Cerqueira.

Discutiram esta proposta os senhores:

VITOR REI - PSD

No uso da palavra disse que por uma questão de formalismo e uma vez que a proposta vem emanada da Câmara, julgo que na Assembleia Municipal não termos a possibilidade de fazer esta alteração. Podemos eventualmente estar a cometer uma ilegalidade na nossa votação.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse que a Assembleia Municipal só não tem poder para alterar o Orçamento, nem a prestação de Contas de Gerência e os empréstimos. Portanto esta proposta pode ser aceite e votada em conformidade, até porque também não é uma proposta da Câmara, mas sim do Conselho Municipal de

Segurança. O apelo do senhor Deputado aos membros da Assembleia e neste caso em concreto também não surtiria efeito. Entendo que deve ser alterado pela Assembleia Municipal.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que deve ter-se tratado de um lapso e como tal o PS nada tem a opor à proposta e entende que a Escola deve ser incluída.

Foi então posta à votação a proposta do senhor Deputado Moura e Silva, que foi aprovada por **UNANIMIDADE**

RITA BATISTA – PSD

No uso da palavra disse que esta não lhe parece ser a forma mais prática de trabalhar, quando se inserem os nomes dos sete cidadãos designados pela Assembleia Municipal. Não sei se isto é alguma exigência que me tenha escapado porque isto vai obrigar-nos a vir aqui de quatro em quatro anos a vir aqui fazer esta alteração regulamentar. Julga que num próximo Regulamento seria importante vir a considerar a inclusão do representante dos Bombeiros Voluntários da Lixa, porque eles fazem imenso serviço na área de Amarante, nomeadamente em Freixo, parte de Telões e Figueiró e uma vez que tem aqui a sua zona de atuação deviam constar. Mas isso pode ser estudado na discussão do próximo regulamento.

Foi-lhe dito pelo senhor Presidente da Assembleia que se os Bombeiros da Lixa o fazem, fazem-no abusivamente. Só entram em ação por impedimento dos Bombeiros de Amarante ou de Vila Meã, ou quando chamados por estes.

Como mais nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 43**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram quinze horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

